

PROCESSO Nº:	@PAP 22/80024947
UNIDADE GESTORA:	Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú
RESPONSÁVEL:	Elcio Rogério Kuhnen, Edson Godinho Mafra Júnior
INTERESSADOS:	Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú Caio Henrique Hyppolito Galvani
ASSUNTO:	Questionário PAP - Possíveis irregularidades no edital de Pregão Presencial 03/2022, visando o registro de preços para gerenciamento, administração e emissão do benefício eventual denominado cartão social.
RELATOR:	José Nei Alberton Ascari
UNIDADE TÉCNICA:	Divisão 5 - DLC/CAJU/DIV5
DECISÃO SINGULAR:	GAC/JNA - 355/2022

Trata-se de Procedimento Apuratório Preliminar, protocolado em 18 de abril de 2022, pela empresa BF Instituição de Pagamento Ltda., com fundamento no §1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/93, comunicando suposta irregularidade no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2022, promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú, que visa o registro de preço para a prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de documentos de legitimação na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, para atendimento ao benefício do "cartão social", com valor estimado de R\$ 245.000,00.

A Representação formulada está relacionada ao regramento previsto no item 4 do Termo de Referência, que veda a apresentação de taxa de administração negativa.

Alega a representante que o órgão licitante limitou a taxa administrativa, vedando o deságio ou desconto sobre o valor do auxílio alimentação, e tal entendimento "fere o princípio da proposta mais vantajosa para a administração, bem como vai contra o entendimento dos tribunais de contas e, portanto, deve ser retirado do edital" (fl. 18).

Ao final, com base nesses apontamentos, requer a suspensão liminar de "todos os atos da licitação realizada no dia 19/04/2022, para a revisão e exclusão dos itens contestados" (fl. 21).

A Diretoria de Licitações e Contratações – DLC examinou a documentação encaminhada e emitiu o Relatório de Instrução nº 321/2022 (fls. 82-94), por meio do qual sugeriu, alternativamente, o arquivamento do Procedimento ou a sua conversão em Representação, conforme segue:

3.1. **Determinar o arquivamento** do Procedimento Apuratório Preliminar, apresentado pela empresa BF Instituição de Pagamento Ltda., contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2022, promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú, que visa o registro de preço de pessoa jurídica para a prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de documentos de legitimação na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, para atendimento ao benefício eventual "cartão social", considerando a participação de 03 (três) empresas no referido pregão.

3.2. **Não deferir** a concessão da medida cautelar de suspensão contra o Pregão Eletrônico nº 003/2022, promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú por estar presente o periculum in mora reverso (item 2.5 do presente Relatório).

Ou alternativamente,

3.1. **Considerar atendidos os critérios de seletividade** pelo procedimento apuratório preliminar protocolado por empresa BF Instituição de Pagamento Ltda., contra o Pregão Eletrônico nº 003/2022, promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú, uma vez que se obteve 58,80 pontos no índice RROMa e 50 pontos na matriz GUT, nos termos do art. 7º da Portaria nº TC-0156/2021 e do art. 10, inciso I, da Resolução nº TC-0165/2020 (item 2.2 do presente Relatório).

3.2. **Converter** o procedimento apuratório preliminar em processo de representação, nos termos do art. 7º da Portaria nº TC-0156/2021 e do art. 10, inciso I, da Resolução nº TC-0165/2020.

3.3. **Conhecer** a representação formulada pela empresa BF Instituição de Pagamento Ltda., contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2022, promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú, que visa a seleção de proposta visando o registro de preço para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de documentos de legitimação na forma de cartão eletrônico,

magnético ou de tecnologia similar, para atendimento ao benefício eventual "cartão social", por atender os requisitos de admissibilidade para a sua apreciação, previstos na Instrução Normativa nº TC-21/2015 (item 2.3 do presente Relatório).

3.4. Não deferir a concessão da medida cautelar de suspensão contra o Pregão Eletrônico nº 003/2022, promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú por estar presente o periculum in mora reverso (item 2.5 do presente Relatório).

3.5. Determinar audiência do Sr. Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito e do Sr. Edson Godinho Mafra Júnior, Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social, ambos subscritores do Edital, nos termos do art. 29, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da deliberação, com fulcro no art. 46, I, b, do mesmo diploma legal c/ c o art. 124 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº TC-06, de 28 de dezembro de 2001), apresentar justificativas, adotar as medidas corretivas necessárias ao exato cumprimento da lei ou promover a anulação da licitação, se for o caso, o Pregão promovido pela Unidade, em razão da irregularidade descrita abaixo:

3.5.1. Vedação da apresentação de taxa de administração negativa, prevista no item 4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, em desacordo com o art. 40, X da Lei Federal nº 8.666/93 e conspira contra o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração prevista no caput do artigo 3º do mesmo diploma Legal (item 2.4 do presente Relatório) (Grifos do Relator).

Analisando os autos, anoto que os requisitos e os trâmites relativos às denúncias e representações estão previstos na Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 e na Resolução TC-06/2001 (Regimento Interno). Já o procedimento de seletividade foi instituído pela Resolução TC-0165/2020, sendo que a Portaria n. 156/2021 definiu os critérios e os pesos para a operacionalização de sua análise.

O art. 6º da Resolução TC-165/2020 prevê que que são condições prévias para análise da seletividade: a competência do TCE/SC para apreciar a matéria, a referência a um objeto determinado e a uma situação-problema específica e a existência de elementos de convicção razoáveis quanto à presença de possíveis irregularidades para o início da atividade fiscalizatória.

Verifico que estas condições estão presentes no caso concreto, consoante art. 6º da Resolução TC-165/2020 e conforme explicitado nos itens 2.1 e 2.2 do Relatório Técnico, passando-se, assim, nos termos do art. 8º da Resolução referida, à análise dos critérios e pesos da seletividade.

A Portaria n. 156/2021 prevê, em art. 5º, que se o somatório dos critérios Relevância, Risco, Oportunidade e Materialidade (RROMa) atingir, no mínimo, 50 pontos, o procedimento de seletividade será submetido à análise de Gravidade, Urgência e Tendência (GUT) prevista no artigo 6º e Anexo II da Portaria n. 156/202. Em seguida, alcançando ao menos 48 pontos, receberá o encaminhamento indicado no art. 10 da Resolução n. TC-165/2020.

Conforme cálculo (fls. 83 a 85) e explicação contida no Relatório do Corpo Instrutivo, o somatório dos critérios RROMa atingiu 58,80 pontos, sendo submetido à análise GUT - segunda etapa da seletividade, apurando-se 50 pontos (fl. 85) acima, portanto, do mínimo exigido para conversão em Representação¹.

Quanto ao questionamento central da demanda, alega a representante que o órgão licitante limitou a taxa administrativa, vedando o deságio ou desconto sobre o valor do auxílio alimentação, e tal entendimento estaria ferindo “o princípio da proposta mais vantajosa para a administração, bem como vai contra o entendimento dos tribunais de contas e, portanto, deve ser retirado do edital” (fl. 18).

A Diretoria Técnica em sua análise destacou que para o objeto em tela, fornecimento de vale-alimentação, foram autuadas várias representações nesta Corte, citando como exemplo os processos @REP-19/00058151, @REP-19/00021401, @REP-19/00038126, @REP-19/00635566 e @REP-19/01001501.

Dos processos acima mencionados identificou a DLC que na @REP-19/01001501, o Pleno exarou o Acórdão 380/2020, considerando irregular a proibição de apresentação de taxa de administração negativa. Indicou que no mesmo sentido foi o posicionamento adotado nos Acórdãos 251/2019, 629/2019 e

¹ Portaria N. TC 156/2021:

Art. 7º O procedimento de análise de seletividade que alcançar a pontuação mínima de 48 pontos na Matriz GUT será considerado apto a ser selecionado e receberá o encaminhamento indicado no art. 10 da Resolução n. TC-0165/2020

890/2019, proferidos nos processos @REP-19/00021401, @REP-19/00038126 e @REP-19/00058151, respectivamente.

Conclusivamente a DLC sugere o conhecimento do questionamento, pois a vedação da apresentação de taxa de administração negativa, prevista no Edital em comento, está em desacordo com o art. 40, X, da Lei Federal n 8.666/93 e contra o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, prevista no *caput* do artigo 3º do mesmo diploma Legal.

Quanto ao pedido de suspensão liminar de “todos os atos da licitação realizada no dia 19/04/2022, para a revisão e exclusão dos itens contestados”, anotou a área técnica que restou caracterizada a plausibilidade jurídica do pedido.

No entanto, ponderou a DLC que o objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2022 visa o atendimento ao benefício eventual do "cartão social", um programa para suprir as necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em atendimento ao disposto na Política Nacional de Assistência Social e, por esta razão, estaria presente o *periculum in mora* reverso, fato que impulsiona o encaminhamento pela não concessão da medida cautelar.

De outro lado, considerando que as supostas irregularidades apontadas foram acolhidas pela área técnica, tendo sido atendidos os critérios de seletividade previstos em norma editada por esta Corte de Contas, verificam-se existentes os pressupostos para conversão dos autos em Representação.

Diante do exposto, decido:

1. Indeferir a medida cautelar pleiteada, em razão da ausência dos requisitos necessários para a sua concessão.

2. Determinar a conversão do Procedimento Apuratório Preliminar em Representação, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Resolução nº TC- 165/2020.

3. Determinar audiência do Sr. Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal e do Sr. Edson Godinho Mafrá Júnior, Secretário de Desenvolvimento e

Assistência Social, ambos subscritores do Edital, nos termos do art. 29, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da deliberação, com fulcro no art. 46, I, b, do mesmo diploma legal c/c o art. 124 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº TC-06, de 28 de dezembro de 2001), apresentar justificativas, adotar as medidas corretivas necessárias ao exato cumprimento da lei ou promover a anulação da licitação, em razão da vedação da apresentação de taxa de administração negativa, prevista no item 4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, em desacordo com o art. 40, X, da Lei Federal nº 8.666/93 e contra o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, prevista no *caput* do artigo 3º do mesmo diploma Legal - item 2.4 do Relatório DLC.

4. Determinar à Secretaria Geral que:

4.1. nos termos do art. 36 da Resolução nº TC-09/2002, com a redação dada pelo art. 7º da Resolução n. TC-05/2005, dê ciência da presente Decisão aos Senhores Conselheiros e Auditores deste Tribunal;

4.2. adote as providências a fim de submeter a presente decisão à ratificação do Plenário, nos termos do artigo 114-A, § 1º, da Resolução TC-06/2001 (Regimento Interno), acrescido pela Resolução TC-120/2015²;

4.3. dê ciência desta Decisão, bem como do Relatório DLC nº 321/2022 ao Representante, à Prefeitura Municipal de Camboriú, e ao Fundo Municipal de Assistência Social de Camboriú.

Publique-se.

Florianópolis, 05 de maio de 2022.

Jose Nei Alberton Ascari
Conselheiro Relator

² Art. 114-A. [...]

§ 1º A concessão da medida pelo relator, de que trata o “caput”, bem como o seu indeferimento e a revisão desta será submetida à ratificação do Plenário na primeira sessão subsequente

